

## AOS NOVOS BACHARÉIS EM DIREITO

---

MANOEL ALBANO AMORA

Elevado à dignidade de paraninfo da turma de Julho de 1975, oficialmente Turma Governador Adauto Bezerra, de Bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, venho cumprir o prazeroso dever de dirigir a palavra aos jovens diplomados.

Antes de dar início à expansão dos sentimentos e à transmissão das idéias nesta dignificante tribuna, declaro que constituiu para mim uma surpresa, em dia do mês passado, a chegada à sala de classe, onde eu acabara de ministrar aula de Direito Internacional Privado, de um grupo de bacharelados, que me foi comunicar a escolha gentilíssima, a que agora procuro honrar. Estava o meu coração no seu ritmo normal, quando a emoção foi despertada. Atendi ao chamado dos futuros juristas, também esperanças do amanhã, e aqui me encontro a seu serviço, devolvendo às suas mãos generosas as flores que me foram ofertadas, com redobrado carinho e o perfume da gratidão.

Abro-lhes, neste instante, a minha alma, de amigo e de professor de Direito. Encaro com simpatia o seu futuro, que desejo seja de triunfos, decorrentes da galhardia com que ha-

---

Oração de Paraninfo, proferida em 17.7.75, na Concha Acústica da Reitoria da Universidade Federal do Ceará.

verão de levar a efeito a luta ora iniciada. E é assim que peço vênia para fazer, a esse propósito, mais uma preleção.

O Direito é, *lato sensu*, apesar de bastante compreensível, conforme assinala Del Vecchio, de muito custosa definição. Tentou Von Ihering definí-lo como “complexo das condições existenciais da sociedade, coactivamente asseguradas pelo poder público”, mas não satisfez aos jurisperitos. Ninguém poderá desconhecer, entretanto, que ele é o sistematizador da vida social, regulando a conduta humana e possibilitando aos indivíduos a convivência, num clima de ordem e seriedade. Regra social obrigatória, no sentido sociológico, é, psicologicamente, idéia, sentimento e poder de ação, nas doudas palavras de Clóvis Beviláqua.

A Justiça é a natural aspiração de todas as pessoas. Consiste, em síntese, segundo os antigos latinos, no *suum cuique tribuere*, no dar a cada um o que é seu. É uma manifestação de bons princípios a obediência ao preceito de que o direito alheio deve ser respeitado, que a nenhum mortal será lícito violá-lo. Tão grande é a ânsia dos que pleiteiam justiça, que ela, sublime na sua essência, torna-se veneranda. Porque conforta e reergue o combalido a quem se negara antes o bem precioso e indispensável.

O fim do Direito é a Justiça, proclama Edmond Picard.

A majestade do Direito e do seu conseqüente, a Justiça, deve ser reconhecível à simples evocação do assaz conhecido episódio, histórico ou lendário, do moleiro *Sans Souci*, de quem o rei da Prússia, Frederico II, o Grande Frederico, desejava adquirir, por compra ou por incorporação violenta, a velha quinta, a fim de alargar o pomar do palácio de Postdam. Opôs-se o lavrador. — “Miserável, estimas assim tua terra . . . pois bem, vou mostrar-te que a posso tomar sem todavia pagar-te por ela um ceitil”, bradou, raivoso, o monarca. — “Vós, senhor, com gravidade falou *Sans Souci*, tomar o meu moinho, minha casa, minha terra? Ah! poderíeis fazê-lo, se não tivéssemos *juizes em Berlim*”. E como havia mesmo juizes naque-

la comarca alemã, não voltou a ser molestado, conservando a gleba e a moradia, às quais deveras se afeiçoara.

Nas Faculdades de Direito, cenários de tantas grandezas do nosso passado, núcleos da cultura nacional, centros de ação patriótica e humanitária, onde o escol da inteligência propugnou pela abolição e pela república e viu florescer em uma das entidades congêneres a Escola do Recife, berços de proeminentes estadistas do antigo e do atual regimes políticos, ensina-se e se aprende o culto do Direito e da Justiça.

A Faculdade de Direito do Ceará, que guarda no seu relicário o nome nacional e universal de Hildebrando Accioly, filho da sua alta cultura, e meio em que despontou o ideal da fundação da Universidade Federal do Ceará, nunca esmoreceu no afã de tornar intelegíveis e defensáveis os dois valores recém-enunciados.

Há setenta e dois anos ela forma Bacharéis em Direito. Que é o Bacharel em Direito? Um homem apto, em princípio, a pleitear, a defender e a decidir, nos pretórios e nos tribunais superiores. Descobriu-lhe, certa vez, Mário Melo foros de nobreza. Entanto, o Pe. Antônio Vieira já dizia que fidalguia é ação, como a ensinar que é a cada um que cumpre fazer-se nobre, aristocrata do espírito, intelectual, moral ou civicamente, sem privilégios. Para isso, terá de percorrer os mesmos íngremes caminhos de Pimenta Bueno, Luís Gama e Justiniano de Serpa.

Sagrados cavaleiros do Direito, têm os neobacharéis como armas simbólicas a balança e a espada. A balança pesa os fatos. A espada impõe as decisões. Mas, as armas verdadeiras são o verbo e a pena, dois instrumentos poderosos de persuasão e de resolução, colaboradores do talento, do bom senso e do preparo científico, no trato das questões forenses.

Deverá cada agraciado com o anel de rubi eleger, dentre as várias profissões jurídicas, a que mais se ajuste às suas inclinações e ao seu caráter. A magistratura é, no meio delas, a primeira a ser mencionada. O juiz, que dispõe como nenhum outro cidadão do destino das criaturas, exerce um ofício usur-

pado aos deuses, no dizer de eminente processualista. A segunda é o Ministério Público. Dessa ilustre instituição, escreveu Calamandrei, no *Elogio Dei Giudice Scritto Da Un Avvocato*, que “de todos os cargos judiciários, o mais difícil é o do Ministério Público”, porque o seu titular é obrigado, na função excelsa que desempenha, a ser, paradoxalmente, advogado sem paixão e juiz sem imparcialidade, para bem defender os interesses da sua única constituinte, a Justiça. A terceira é a advocacia. Da advocacia, a mais franca exaltação foi proferida pelo eloquente Rui Barbosa, quando disse que se trata da mais livre das profissões.

Outras atividades são franqueadas às preferências dos Bacharéis. A Procuradoria Judicial, a Consultoria Jurídica, o Notariado, a Polícia Civil de carreira, a Cátedra de Direito, o ofício singular de Jurisconsulto.

A política e a diplomacia também os acolhem, aliás de bom grado, porque o conhecimento jurídico é de utilidade inestimável na solução dos assuntos constitucionais e administrativos e no amparo aos direitos do País no exterior.

O desenvolvimento econômico e social, sob o dístico de *Ordem e Progresso*, acentuado nos últimos anos, nesta Nação, propiciou-lhes novos setores de trabalho: a consultoria e a advocacia de empresas e a atuação nos campos do direito tributário, direito financeiro, direito municipal, direito eleitoral, direito previdenciário, direito penitenciário, direito de menores, direito bancário. Não assiste razão, assim, aos pessimistas, que se comprazem em afirmar que o Direito não possui, na atualidade, largos horizontes. A quem quer que dêle deseje viver, e se disponha a estudar e a esforçar-se, não faltará o pão do espírito e o pão, *alimento do corpo*.

Problemas como os da reforma judiciária, da infância desajustada, da urbanização e da criminalidade, que preocupam o governo da República, aguardam a contribuição dos novos graduados das Faculdades de Direito, que delas saem com ânimo festivo e a vontade incontida de encontrar o ensejo de servir à comunidade.

Ao juiz é recomendável uma vida de sacerdote da lei, entregue ao trabalho e à pesquisa, e distribuir justiça imparcialmente. Também não deverá esquecer que, em face das lacunas, dúvidas ou obscuridades da lei, compete-lhe, se autorizado pelo dispositivo processual, proceder com equidade, uma das primaciais faculdades do julgador, consistente, no parecer de Wolfio, em “dar a outrem aquilo que só imperfeitamente lhe é devido”. Ao Promotor de Justiça é aconselhável ser probo, pertinaz, zeloso e combativo no cumprimento das suas tarefas. Do advogado é exigível, sobretudo, nunca deixar ao desamparo o cliente, invocando a regra legislada em benefício dele e sustentando-o na sua angústia, como o patrono romano, que colocava sobre o ombro do patrocinado a forte mão protetora. Vale ainda pensar, com eles, que a liberdade é um bem *supermo*. Contudo, o seu exercício deve ser condicionado aos ditames legais.

A ética dos magistrados melhor se encontrará nas páginas que João Monteiro incluiu na *Teoria do Processo Civil* sobre a jurisdição. A dos Promotores, no *Decálogo do Promotor de Justiça*, de César Salgado. A dos Advogados, no *Código de Ética Profissional do Advogado*, anexo ao Estatuto da respectiva Ordem.

Os aludidos misteres jurídicos possuem também as suas *Vidas Paralelas*, as dos varões excepcionais, cujas virtudes Plutarco celebraria. Pedro Lessa é o *primus inter pares* dos juizes. Ibraim Nobre, dos Promotores. Rui Barbosa, dos advogados, dos quais é o Patrono. São figuras exemplares. Rui, na tribuna judiciária, não teve êmulo, pelo seu liberalismo, erudição e destemor. Os nascidos no Ceará jamais poderão olvidar o sábio, impoluto, magnânimo e meigo Clóvis, mestre de juizes, promotores e advogados, que viu a luz na alcandorada Viçosa. Mas, acima de todos os ídolos, para quem tem a graça de acreditar nas coisas eternas, o maior exemplo vem da sabedoria e retidão Daquele que o “poeta nacional por excelência”, Gonçalves Dias, em harmoniosos versos, disse ser

*“o Senhor Deus, que os mundos  
Equilibra nos ares;  
Que vai do abismo aos céus, que susta as iras  
Do pélagos fremente;  
A cujo sopro a máquina estrelada  
Vacila nos seus eixos;  
A cujo aceno os querubins se movem  
Humildes, respeitosos;  
Cujos poder, que é sem igual, excede  
A hipérbole arrojada!”*

Todo trabalho a ser realizado, com consciência e devotamento, será em suma, serviço prestado à Pátria. A Pátria, cuja ternura resulta da sua beleza natural e da beleza moral dos seus eventos. É assim o Brasil que nós devemos amar, em pensamentos, palavras e atitudes, durante todos os dias da existência.

Quando o espaço se elastece, pela ascensão do homem a outros planetas, exigindo regulação internacional, que não prescinde do saber jurídico, estou certo, mais uma vez, de que esta hora pertence ainda ao Bacharel em Direito, artífice da harmonia interna e da paz entre os povos. Antevejo, assim, as suas novas e árduas responsabilidades.

Se, sob a inspiração divina, os meus ex-alunos e novéis colegas vão servir aos interesses pátrios, pugnando pela observância das normas jurídicas, o seu lema deverá ser, a partir deste momento, *Deus, Pátria e o Direito*.

Esta é, para os distintos paraninfados, a minha última lição.

## A ATMOSFERA SIMBOLISTA NO CONTISTA CAIO PORFÍRIO CARNEIRO

---

OTACÍLIO COLARES

Temos diante dos nossos olhos, nesta oportunidade, texto de um escritor cearense, ainda moço, bem cedo erradicado da Província e, hoje, nome vitorioso no cenário das letras nacionais, como um dos expressivos valores da ficção neo-realista, em nosso país. É ele Caio Porfírio Carneiro, contista por excelência, um desses novos contadores de estórias que, vindo no conto o mais tentador porque, talvez, o mais difícil, no campo da fabulação, a tal gênero se vem entregando com empenho e devotamento que, servidos de uma decidida vocação, aprimorada ao longo dos anos, credenciam-no, já, perante o melhor juízo nacional e mesmo internacional.

Jornalista no princípio da vida, professor formado em Geografia e História, mesmo não tendo realizado estudos, vamos dizer, oficiais no campo da cultura literária propriamente dita, já em 1961, enfrentava o mundo editorial de São Paulo com as primícias de sua criatividade — os contos do volume intitulado *Trapiá*. E, para que se tenha, de logo, idéia do interesse do conteúdo desse livro de estórias, bastará dizer-se que, já no ano seguinte, era o dito livro reeditado, desta feita na popular *Coleção Saraiva*.

Sirva este antelóquio, única e somente, para justificar, da nossa parte, a iniciativa de intentar a abordagem de um

texto do autor da novela *O Sal da Terra*. (1) É que, escritor de grande sensibilidade, a serviço de um estilo aparentemente seco, mas ressumante de ressonâncias vocabulares, Caio Porfírio Carneiro, infelizmente, é um autor ignorado, quase ignorado na província natal, conhecido apenas de um pequeno número mais intimamente vinculado ao movimento editorial brasileiro, no campo da Literatura. Enquanto isto ocorre, na terra de berço, sua obra e seu nome são justamente projetados até internacionalmente, tanto que seu segundo livro publicado no Brasil, a novela *Sal da Terra*, já citada, surgida em 1965, era publicada em italiano, em 1971 com o título *Sale Verde Della Terra*, pela editora E. I. L. A. Palma, de Palermo, Itália.

Num país em que pouquíssimos são os escritores de ficção que se reeditam, Caio Porfírio Carneiro vem fugindo à regra. Assim é que sua coletânea de contos *Os Meninos e o Agreste*, editada por *Quatro Artes*, São Paulo, em 1969, dado o seu interesse, era reeditada em 1971, em convênio com o Instituto Nacional do Livro, ela que já merecera o *Prêmio Afonso Arinos*, da Academia Brasileira de Letras.

É um autor assim que achamos, antes de tudo por dever de justiça, oportuno trazer ao contato do público leitor, cearense em especial; depois, pela oportunidade que nos enseja seu mais recente livro — *O Casarão* — reunindo dez contos, lançado, em 1975, e cuja estória primeira procuraremos abordar.

O tema deste trabalho, relativo ao contista Caio Porfírio Carneiro, dá ênfase a duas expressões de grande importância no campo da literatura de criação: *neo-realismo e atmosfera simbolista*.

Na oportunidade de nossas considerações alusivas ao impressionismo em Pápi Júnior, parte anterior no presente livro, o que destacamos no conto *A Partida*, do autor de *O Simas*, foi o linguajar, até certo ponto aparentemente injustificável, nou-

---

(1) Caio Porfírio Carneiro, *O Sal da Terra*, romance, Editora Civilização Brasileira S/A. Rio, 1965.

tro autor que não houvesse, como salientamos, entrado em contacto com os impressionistas-simbolistas que estadeavam na Europa de língua francesa, já nas últimas décadas do Século XIX.

No caso do conto de Caio Porfírio Carneiro, a que nos vamos dedicar, e que se intitula *A Herança*, não se trata de uma estória isolada em si. Com ele, não há possibilidade de aceitá-lo totalmente independente, depois de lidas as demais estórias. Mesmo porque, já a partir do título do volume — *O Casarão* — os títulos dos contos subseqüentes formam psicologicamente, no espírito do leitor, toda uma cadeia de termos simbólicos, a saber: *A Volta*, *O Encontro*, *A Filha* e *A Verdade*, todos elementos singular e misteriosamente interligados na composição de uma atmosfera de encanto, que se torna mais mistério na proporção em que o leitor se vê colocado, pela habilidade do contista, na própria essencialidade lúdica da personagem presente em todas as estórias, ou seja, aquele que escreve o livro e cujas vivências são todas mergulhadas no limbo das lembranças infantis:

“Via-lhe a calva pronunciada e, no outro extremo, os pés metidos em grandes botas. O lençol, curto, cobria-lhe parte do corpo e destacava a protuberância das mãos cruzadas ao peito.”

Reparemos que, enquanto no conto *A Partida*, de Pápi Júnior, objeto de estudo anterior, os dez primeiros parágrafos de uma estória curta foram empregados, numa descrição rica em tropos, para a pintura de um ambiente rural destinado a palco de um drama do sertão bruto, no conto *A Herança*, do neo-realista Caio Porfírio Carneiro, qualquer laivo que seja de nota paisagística foi omitido, quando não até mesmo ignorado para que, logo ao primeiro relance do olhar, o leitor entre em contacto com a realidade, esta mais impressa, através do simbólico da atmosfera densa, do que expressa, através da explicitação sintática.

No caso do autor de *A Casa dos Azulejos*, cremos, ainda havia, presidindo a factura do texto, mesmo talvez subcons-

cientemente, a predominância do tropo, quer de dicção, quer de sentença, o que significa ainda, na *psique* do autor, o domínio do complexo retórico, tábua rasa do sistema educacional brasileiro, até finais do século XIX.

Diferente, assaz diverso, é o caso da prosa do autor de *O Casarão* (2), objeto de nossa preocupação, no momento.

Enquadrado no que se convencionou denominar neo-realismo, o estilo em que vem escrevendo Caio Porfírio Carneiro, se trai heranças machadianas, no que toca à mitigação da linguagem, à parcimônia da eloquência verbal, não faz, à maneira do mestre de *Esau e Jacó*, cavalo de batalha da chamada *pureza* vernacular. Sua prosa, sem fazer concessões ao excessivamente chão, como foi o caso deliberado de José Lins do Rego, nos seus primeiros romances, e também de Jorge Amado, na fase inaugural de sua ficção, é uma prosa até certo ponto comum, embora apresente para o leitor atento, a existência, em estado imanente, de uma forte carga poética, naquilo em que o termo *poético* deva ser admitido na acepção de intimamente emocional.

Em *O Casarão*, que julgamos ser já a obra de maturidade do autor de *Trapiá*, Caio Porfírio Carneiro revela-se o escritor a manobrar a língua de modo absolutamente à vontade, por que absolutamente seguro. Esse assenhoreamento de uma técnica, que já é própria, faz que o curso de suas estórias se faça sem os perigos, para o leitor, daquelas dúvidas em que, ao cabo de sua leitura, o indivíduo não saiba se o que apreciou foi a trama como conseqüência do estilo agradável, ou se a maneira de escrever foi aceita por via da citada trama talentosamente urdida. No caso específico de Caio Porfírio Carneiro, o que ressalta, ao longo dos dez contos de *O Casarão*, é uma perfeita integração entre a forma e o conteúdo, redundante tal simbiose num complexo que toca, ao mesmo tempo, a sensibilidade afetiva e as profundidades intelectivas de quem lê.

---

(2) Caio Porfírio Carneiro. *O Casarão*, contos. Editora do Escritor, São Paulo, 1974.

Se isto deve ser, a nosso ver, o desígnio maior da obra de ficção, mais do que no romance ou na novela deve ser encontradiço no conto, em que espaço e tempo mínguem para ter prevalência o toque eminentemente emocional, a cargo do binômio emoção-forma.

Em *O Casarão*, Caio Porfírio Carneiro, integrado ampla e seguramente no quadro altamente significativo do conto hodierno brasileiro, de Dalton Trevisan a Moreira Campos, usa o psicológico aliado ao poético, quando trata temas da mais alta dramaticidade doméstica, ligada essa mesma dramaticidade a todo um complexo sociológico contido no presente dramático, em evidência, e no passado feudal, de dramaticidade implícita. E é nesse mundo implícito, a ser progressivamente descoberto pelo leitor, que está o mérito maior da coletânea de contos.

Antes de nos atermos, e com alguma demora, ao exame específico do conto inicial, *A Herança*, esclareçamos que os dez contos de *O Casarão*, pela temática, pela carga psicológico-poética e pela anímica interligação existente, denotam um propósito antecipado do escritor, que foi o de, fugindo à factura absolutamente válida de um romance, ou de uma novela, dar, no entanto, ao seu livro, que é de contos que poderiam ser lidos isolados, uma inefável sensação de unidade, além de outros fatores circunstanciais, pela presença sempre ativa do menino que relembra fatos.

Com *O Casarão*, de Caio Porfírio Carneiro, não há de ter ocorrido o que aconteceu, relativamente a *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

No tocante a esta obra, que consideramos um painel em vários segmentos, no mais perfeito estilo de *água-forte*, o mestre inimitável de *São Bernardo* não teve, evidentemente, a preocupação de fazê-la um romance. Podemos assegurar que os capítulos de *Vidas Secas*, a princípio foram pensados, compostos e publicados ao longo de largo tempo, isolados e espaçados; apenas ocorreu com eles o fato de terem sido concebidos no campo de um mesmo *pathos* criador, daí a sim-

bologia que ressuma daquelas situações apenas aparentemente destituídas de colorido e de alma.

*O Casarão* é um livro de conteúdo fracionável, mas não fracionado. Há entre seus segmentos uma unidade implícita, tornada tal pela atmosfera simbolista do patético.

E é quando, aqui, usamos a palavra *simbolista*, que reiteramos o mérito de Caio Porfírio Carneiro, nesses contos episódios em que todo um contexto de feudalismo do sertão nordestino está esteriotipado, em nuances riquíssimas de sugestão, bem mais fortes, para o leitor sensível, do que se vazadas fossem no estilo ático dos escritores do campo machadiano, preocupados mais com a lógica do que com a emoção.

Nos contos de *O Casarão*, a memória do adulto se apequena em criança, e aí é que está o segredo encantatório das dez histórias, porque raro, muito raro, é o momento em que o leitor surpreende neste ou naquele passo, o pensamento adulto em lugar da observação infantil. No caso, o Caio Porfírio Carneiro de *O Casarão* ingressa no contingente de escritores-mágicos, cuja genealogia contemporânea há de ter começado com o Jean Cocteau de *Les Enfants Terribles*.

Agora, façamos a leitura de *A Herança*, nós que ao início, já transpusemos o pórtico, quando encontramos o personagem, vamos dizer EU, no curso de suas primeiras lembranças.

Após sentirmos o menino enchendo o mundo espantado das retinas com a visão em perspectiva de um cadáver é que, num rápido passe, o escritor, por conta de três curtíssimos períodos, que são os imediatamente sequenciados, nos dá, em cortes, não em fusões, três elementos circunstanciais de ambiente, quando escreve:

“O vento entrava livre pela porta escancarada para a noite. Vultos silenciosos deslizavam à meia sombra dos cantos de parede.” Para prosseguir, na mesma usura de tropos: “Pisotear impertinente de casco de animal, ao lado, ampliava o silêncio e destacava, com nitidez, o ciclo das vozes.” E a se-

guir: “O cachorro entrou, enrodilhou-se sob a mesa, sonolento. O pé, rápido e preciso, enxotou-o dali. Muito empertigada, a mulher nova roçou a longa saia nos joelhos da velha, ali sentada a rezar:

— Só faltava ele. Claro que viria. Eu sabia.”

Atentemos para esses lanços rápidos iniciais do conto. Verifiquemos que nenhuma palavra há excessiva, nenhuma adjetivação foi usada; tudo está posto na medida justa, no valor exato de cada expressão. Praticamente, não houve o descritivo. É como se a nossa visualização fosse unicamente fotográfica. O impacto sensorial começa com a visão do morto que, ao final de contas, vai ser o elemento psíquico imanente, nesta como na seqüência das outras estórias. A ninguém pode escapar o mérito dessa variedade de pormenores — estáticos e móveis — estabelecidos num contexto que, sendo breve, é incisivo, enquadrando o leitor segura e interessadamente num estágio de sensibilidade que o predisponha a travar conhecimento com o personagem de maior concentração patética — o personagem que não precisa de nome, porque é constituído de atmosfera, é um símbolo. No conto, será simplesmente *Ele*. Senão, vejamos:

“Ele enquadrou-se à porta, vindo da noite, alto e anguloso. Todo de preto, abraçado ao chapéu, aproximou-se dos pés expostos e demorou-se em longa reverência. A chama da vela menor, com o sopro súbito, morreu num fio de luz, espiralando uma fumaça muito fina. Ele, com grande lentidão, tirou a caixa de fósforo do bolso, riscou um palito com estalido para avivar a vela, e o brilho rápido dançou na calva pronunciada do morto.

Toda uma complexa carga de emotividade lúdica foi concentrada em apenas oito linhas gráficas do volume, o bastante, no escrever mitigado do autor, para enquadrar o personagem *Ele* no contexto dramático de uma luta de família pela posse de bens e de uma liderança a ser disputada, em

conseqüência da morte do personagem cuja calva foi o primeiro traço dessa mancha impressionista a que vimos de aludir.

Isto posto, todo um conflito a ter seqüência em *A Herança* e em outros contos do livro já está sub-repticiamente armado.

*Ela*, que, alguns passos atrás, mulher nova que era, já fora pressentida, muito empertigada, sinal de autoridade inata, a roçar a saia (evidentemente comprida, à moda antiga) pelos joelhos da velha, que era mera figura ornamental, *Ela*, dizíamos, volta a ferir a tecla dolorida da mágoa que se faz ciúme e zelo doentio pelo morto, que é saudade, e pela herança que, só esta, faz presentes ao velório certos personagens difusos, como em segundo plano, de uma tela impressionista:

“Ela chegou-se mais à velha, curvou-se num despistamento para não ser percebida:

— Muitos dos que chegaram nunca vi. . .”

Temos, com esta frase que *ELA* diz à velha, depois que *ELE* faz a entrada na cena lúgubre do velório, não descrito, sim, implícito, retratada no espaço reduzido de uma página do livro, pelo milagre da valorização de cada palavra e pela simbologia na criação da atmosfera, a realização de um conjunto de premissas, só estas bastando para nos deixar, a cada um de nós, senhores de um drama que, para ser tal, poderá mesmo prescindir de atributos circunstanciais de espaço e tempo.

Ao longo das dez páginas deste primeiro conto neo-realista Caio Porfírio Carneiro, *Ele* e *Ela*, o corpo do morto de permeio, são os polos de emanção dramática, em torno deles fazendo-se todo o mundo de observações do menino que, ao longo dos contos, reponta como memorialista.

E é de ver, com prazer, a força realmente válida da expressão verbal no autor de *O Casarão*. Como, por exemplo, quando o menino, ao falar do morto, diz que a careca lhe parecera bem mais ampla com o corpo deitado, na evidência, para ele, criança, da junção, agora, da testa com o alto da

cabeça, desfeito o ângulo pela visão que o citado menino passara a ter, postado em plano mais alto.

É interessante, em certos passos do conto, verificar a inteligência do autor, quando apela para a sensibilidade de quem o lê, e visando a definir uma situação especial. Como neste passo:

“O Sono bambeou-me a cabeça, a ouvir cochichos que aumentavam e diminuían e pés a deslizar próximo. Então tudo silenciou.

Despertei com *a mão* a tocar-me, em solavancos rápidos, o meu ombro:

— Dormir. Já ordenei.”

Não seria necessário mais do que foi utilizado por Caio Porfírio Carneiro, um escritor de poupança verbal, para definir, primeiro, um menino curioso e em estado de meio pânico, a resistir, por uma razão ou outra, ou mesmo pelas duas, em ir para cama. Também mais não foi necessário, para destacar essa relutância, do que a expressão simbólica empregada pelo autor *a mão*, ou seja, *aquela mão, a mão forte, a mão da autoridade familiar*.

Num clima até certo ponto machadiano, se é possível aludir a Machado, quando se pensa em atmosferas à Maeterlink e à Mallarmé, vemos, de repente, o menino que lembra abraços não se sabe ao certo, se, realmente, num recordar de olhos cerrados, ou se mergulhado em pesadelo.

É quando o autor nos põe diante do menino e escreve por ele:

“Sentado, na ponta da cama, sozinho, desperto de todo, concentrei a atenção no zunzum de vozes, agora bem mais altas, sem muita cautela. Como se discutissem.”

O período subsequente, dentro do clima de nebulosidade lúcida, que nos impregna, já pode bem ser parte integrante do sonho, mas pode ser ainda o último passo consciente do menino, que fora mandado para a alcova por estar, no velório, a cabecear de sono:

“O vento silvava entre os encaixes não muito firmes da janela, como a arranhá-la, em busca de brechas para penetrar.

Levantei-me e, com esforço, abri-a de todo, par em par, e vi que o céu estava coberto de estrelas e a ingazeira farfalhava. Os galhos, flexíveis, vergavam ao chão, tal como no dia em que ele, sem ajuda, amarrava a corda ao tronco da árvore, contraindo os lábios.

— Para que, vovô?

— Amarrar o novilho!

— O branco e preto?

— Ele mesmo! Vamos matá-lo!

Daí por diante, para o leitor, o que acontece não se define totalmente; fica naquela atmosfera de imponderabilidade inespacial e intemporal de certas atitudes e cenas do já citado *Les Parents Terribles* de Jean Cocteau — a região de entre a fantasia do menino acordado e a fantasia do menino adormecido.

Pouco mais adiante, o autor, como para tranquilizar o leitor, falando pela palavra do menino, diz: “Dormira, certamente. As vozes voltaram, em sussuros, comedidas. Pé ante pé, olhos curiosos à fresta da porta, aguardei. Abri-a um pouco, mais e *vi as saias* em rebanada ligeira, os pés da cadeira a ranger nos ladrilhos, no recuo rápido”.

Interessante verificar o potencial poético, a sobrecarga atmosférica de que se impregnam, ao longo deste e dos outros contos, de *O Casarão*, as palavras empregadas pelo autor, bem diferentemente, por exemplo, do que ocorre em Pápi Júnior, onde a confusão das tendências de escolas gerava o calidoscópico do estilo.

Em Caio Porfírio Carneiro, a simbologia não está no termo novo ou rebuscado, ressuma do todo, ora por conta de uma palavra, sim, mas, na maioria das vezes, em função da situação, do que chamamos *atmosfera*.

Podemos, na impossibilidade de estudar, lançar por lançar, o conto *A Herança*, estabelecer, como valores simbólicos res-

ponsáveis pela carga dramática da estória, os seguintes elementos: *O Morto, Ele, Ela, O vento, O sono, As velas, A mulher nova, O homem Obeso de Suíças*. A estes chamaremos *vitais*. E mais: *A Ingazeira, A Corda, O Novilho Branco e Preto, A Ceia*. A estes últimos chamaremos *unidades circunstanciais*.

Reparemos que os personagens não são delineados; aparecem, vamos dizer, em espécies de projeções, caracterizados por este e aquele pormenor, justamente os que, no filtro ultra-sensível do cérebro infantil, iriam fixar-se indelevelmente, como, em determinadas pinturas do post-impressionismo, certas adulterações do conjunto harmônico de um rosto pelo destaque intelectual ou sensorial que lhe venha a dar o artista, uma vez que este não se considere um simples copista; sim, um recriador.

Em Caio Porfírio Carneiro, o conto tem a densidade que realmente o gênero está a exigir. O estilo é simples, pelo uso da frase curta, sem malabarismos estruturais retóricos. Há, no autor, já talvez subconsciente, o que seria extraordinariamente válido, aquilo que a tantos falta, o senso extraordinário da medida. Daí não haver, ao longo de cada estória, com relação ao leitor, a sensaboria de verificar, aqui, a preponderância exagerada e despolicuada do descritivo; logo mais, ênfase exagerada no psicológico; em seguida, a preocupação contundente do trivial sem justificativa. Tudo isto que, ocorrendo, diminui, na página escrita, a dose de segurança de que necessita o leitor para absorção plena e feliz da mensagem criadora.

Dentro da nova compreensão do fenômeno da criação literária, julgado, é evidente, num rápido relance, o escritor Caio Porfírio Carneiro, pelo alto sentido simbólico de que impregna as suas estórias, está realizando uma obra com justiça aplaudida pela crítica de nossos dias, merecendo seus livros, da parte dos seus conterrâneos, mormente dos que estudam interessadamente o fenômeno literário entre nós, uma leitura mais vasta e mais atenta, na medida dos méritos que lhe não são negados, antes, honestamente proclamados.